

A TRAJETÓRIA DA MULHER NA DITADURA CIVIL MILITAR: VOZES ESQUECIDAS E APAGADAS PELA HISTORIOGRAFIA E COMO ESTE SILENCIAMENTO COLABORA COM DISCURSOS REACIONÁRIOS QUE PÔEM EM RISCO A DEMOCRACIA.

THAISSA PEDRA¹; JULIA SCAGLIONI²; REJANE BARRETO JARDIM³

¹*Universidade Federal de Pelotas – thaissapedratlo2@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – borgesjulia369@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas– jardimrb@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordará a temática do período da Ditadura Civil Militar Brasileira (1964-1988) sob a perspectiva de gênero, analisando os processos de violência cometidos contra as mulheres presas políticas do regime. Este recorte busca evidenciar as práticas repressivas direcionadas aos corpos femininos, marcadas frequentemente por torturas físicas, psicológicas e sexuais. A partir desta análise pretende-se pensar no protagonismo dessas mulheres brasileiras que resistiram às diversas formas de opressão.

A problemática central se concentra no apagamento dessas histórias e silenciamento dessas vozes na construção histórica e em como essa invisibilização contribui para a naturalização de discursos reacionários de ênfase contrário aos Direitos Humanos. Expondo como a precarização do ensino da História como disciplina da educação básica é um projeto muito bem articulado que contribui fortemente para o empobrecimento intelectual e político da sociedade. Na perspectiva de que essa falha educacional pode colaborar para o fortalecimento de discursos conservadores e reacionários, fenômeno que pode incentivar, em tempos de discursos de ódio, até mesmo declarações que possuem viés neonazista.

A presente análise pretende, portanto, contribuir para a visibilidade da trajetória de luta e resistência femininas, destacando o protagonismo de personagens que já deveriam estar em todos os livros de História. A pesquisa pretende também estudar as categorias de classe e raça dentro da perspectiva de gênero.

2. METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, centrada na análise documental e bibliográfica, com ênfase na intersecção entre História, Estudos de Gênero e Direitos Humanos. A investigação parte do entendimento de que a construção da memória histórica é atravessada por relações de poder, especialmente no que diz respeito ao apagamento das experiências femininas em qualquer âmbito e tempo, principalmente em períodos de repressão política.

A principal fonte de pesquisa consiste na análise de fontes históricas baseadas na oralidade com os relatos e testemunhos de mulheres que foram presas políticas durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. Também serão estudados artigos em jornais da época, bibliografia especializada e documentos oficiais como os relatórios da Comissão Nacional da Verdade a partir da Lei 12.528 de 2011 e sua implementação em 2012.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O recorte temporal a ser retratado é o cenário do período da Ditadura Militar no Brasil, que se estendeu entre os anos de 1964 até 1988. Este marco histórico se iniciou a partir dos descontentamentos da elite brasileira com o então presidente João Goulart., que governou entre os anos de 1961 até 1º de abril de 1964, ano que sofreu o golpe político realizado pela aliança da elite rural, empresarial e setores militares e tal ato modificou a vida dos brasileiros e brasileiras com a criação de regras de condutas sociais que eram seguidas com muito rigor.

Dentre os feitos dos militares enquanto estiveram comandando o país, os Atos Institucionais foram os norteadores de comportamentos nos vinte e um anos de governo ditatorial. O principal foi o Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 1968, que permitia a suspensão dos direitos políticos de todo e qualquer cidadão junto da suspensão do *habeas corpus* para “crimes” políticos, também a cassação de mandatos parlamentares, e juntamente instaurou a censura prévia e legalização da repressão violenta aos opositores do regime.

Os pontos a serem evidenciados são, primeiramente, a maneira brutal das diversas formas de agressão que as mulheres sofreram nesse período. Analisando a partir de relatos das presas políticas que delataram os horrores cometidos com as variadas agressões, partindo da violência física e também violência de gênero a como o abuso sexual, obstétrico e psicológico, esse último se aplicando principalmente à detidas que também eram mães a partir da agressão contra seus filhos.

O segundo tópico a ser destacado é a falha da historiografia em não trazer à tona essa narrativa da História. No questionamento de como os historiadores e historiadoras não revelam essa perspectiva histórica com a análise de gênero. Essa falta historiográfica contribui fortemente para que não haja material para ser trabalhado dentro da sala de aula na educação básica. Não há diretriz alguma na atual Base Nacional Curricular Comum que incentive a exposição desse conteúdo para o programa da disciplina de História.

Principalmente por esse ponto, e tendo em vista a ascensão de uma onda conservadora e reacionária, é possível notar uma certa quantidade de defensores dos feitos da Ditadura Militar, enaltecendo esse período histórico como um momento heróico, mas sem ter a plena noção do que realmente acontecia de fato dentro de órgãos como o DOPS.

Quando alguém defende o retorno da Ditadura Militar, não defende apenas o retorno de um governo autoritário de base militar. Defende a tortura, defende o estupro, defende crimes contra os Direitos Humanos. Crimes esses que, desde a década de 1960 até os dias atuais, os responsáveis não foram punidos.

4. CONCLUSÕES

Em suma, essa análise evidencia que a falha dos historiadores ao compreender a História, como um campo universalmente masculino, contribui com a escassez de referências que possibilitem especificidades contextuais, tais como as perspectivas de gênero, raça e classe. Nesse contexto, o sucateamento do Ensino de História, especialmente por meio da redução de Carga Horária das aulas, revela-se extremamente desfavorável para o desenvolvimento de senso crítico na educação básica, e esse fator contribui para o surgimento e

fortalecimento de discursos reacionários, que enaltecem períodos de violência sem nem ao menos compreender de fato o posicionamento o qual defendem.

Embora essa análise não tenha a pretenção de listar as agressões cometidas no período da ditadura, é importante exemplificar que diferentes formas de violência e tortura e como elas se perpetuaram. É imprescindível que dentro da sala de aula sejam destacados esses mecanismos de repressão, com ênfase na violência psicológica, na vulnerabilidade materna, e na violência sexual para que posicionamentos perigosos não tenham espaço no mundo democrático.

Apesar do contexto da Ditadura Militar constar no currículo do nono ano do Ensino Fundamental e terceiro ano do Ensino Médio, onde a maioria dos alunos são menores de dezoito anos, é importante frisar essas violências.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (Brasil). Trabalhadora doméstica é resgatada de situação análoga à escravidão em Manaus após 22 anos de exploração. Brasília, 6 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/junho/forca-tarefa-resgata-mais-uma-vitima-de-trabalho-domestico-analogico-a-escravidao-em-manaus-am>. Acesso em: 7 ago. 2025.

SILVA, Tauana Olivia Gomes. A participação política das mulheres negras comunistas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2., 2014, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/paper/viewFile/181/115>. Acesso em: 7 ago. 2025.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. História em Revista, Pelotas, v. 10, n. 10, 13 jul. 2017. DOI: <https://doi.org/10.15210/hr.v10i10.11605>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/view/11605>. Acesso em: 7 ago. 2025.